



## Na Mídia

01/06/2023 | [Circle News](#)

# O que está em jogo com a desistência do Brasil de assinar acordo da OMC?

Juliana Maciel

- *Governo alega que abertura prejudica setores como Saúde e Defesa*
- *Empresas nacionais têm dificuldades para competir por causa do Custo Brasil*

A decisão do governo brasileiro de retirar a oferta para as licitações para compras públicas a empresas estrangeiras foi a principal notícia para a área de comércio exterior desde que o presidente Lula tomou posse. Os especialistas ouvidos pelo Circle News ainda acreditam que há prós e contras na decisão e ainda avaliam os impactos que a desistência pode ter no ambiente de negócios aqui no Brasil – e para a imagem do país no mundo.

**José Diaz, sócio do Demarest, diz que é preciso “colocar na balança” os efeitos da decisão. De um lado há um viés mais liberal, de que esses acordos abririam portas para outras negociações, ampliando as relações comerciais. Do outro lado há uma visão mais protecionista, de não oferecer nada sem a certeza de uma contrapartida. “Por que dar de graça o que eu tenho sem receber nada em troca?”, exemplifica.**

### Por que o governo brasileiro desistiu?

A decisão, oficializada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) no dia 30 de maio, implica, na prática, na desistência do Brasil em aderir ao Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O principal argumento do governo para retirar a oferta é o de que adesão limitaria a capacidade de negociação bilaterais com países que não são signatários do acordo, como os outros membros do Mercosul.

Em nota oficial, o MRE afirmou que os termos do acordo “imporiam severos limites à utilização do poder de compra do governo como instrumento de indução do desenvolvimento econômico e social do país, em particular a políticas públicas de saúde e ao fomento à tecnologia e à inovação”. Para o governo, a abertura das licitações a estrangeiros prejudicaria a expansão, principalmente, de setores sensíveis da economia brasileira, como Saúde e Defesa.

Ana Teresa Caetano, sócia do Veirano Advogados, vê exagero no argumento do governo, uma vez que haveria margem para negociação dentro dos compromissos do Acordo de Compras Governamentais, que podem eventualmente ser decididos por temas ou esferas governamentais. Por isso, ela acredita que há outras razões por

trás da decisão. Como, por exemplo, a falta de competitividade da indústria brasileira frente a seus concorrentes internacionais. Entre os signatários estão Austrália, Estados Unidos, Japão, Reino Unido e União Europeia.



“São países desenvolvidos que têm outras condições fiscais, de acesso a crédito e a melhores taxas de juros. Isso faz uma bela diferença, que você não vai resolver na letra do acordo sendo negociado porque é um problema estrutural. Quanto você consegue entrar no mercado deles e quanto eles conseguem entrar no seu mercado pelas condições econômicas que você tem hoje?”, *Ana Teresa Caetano, sócia do Veirano Advogado*

#### **Qual é o impacto para a do Brasil no mercado internacional?**

Para Caetano, ao desistir do acordo, o Brasil pode passar uma “mensagem ruim” de não adesão às boas práticas de transparência que o acordo traria para os processos de licitação para compras governamentais e pode prejudicar outras ambições do Brasil nas relações internacionais, como a adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**Já Diaz afirma que o governo precisa esclarecer como a decisão pela retirada se encaixa em um contexto mais amplo de relações internacionais.**



**“O mais importante é que seja construída uma política comercial transparente e que ela seja a base das decisões que serão tomadas. Qual é exatamente a nossa política de comércio? Para onde vamos? Se essa ação está inserida em uma política, precisamos saber qual essa a política comercial para entender o contexto”, José Diaz, sócio do Demarest**

#### **O que é o Acordo de Compras Governamentais (GPA)?**

O Acordo de Contratações Governamentais (em inglês, *Government Procurement Agreement*) é um acordo plurilateral assinado por 48 dos países membro da OMC, que estabelece regras comuns para a licitações para a compra de bens e a contratação de serviços, abrindo o mercado a empresas estrangeiras, que passariam ser tratadas da mesma maneira que as concorrentes nacionais.

O Brasil havia entrado com o pedido para aderir ao acordo em maio de 2020, e apresentou uma oferta para a abertura do mercado de compras públicas em junho de 2022, ainda na gestão de Jair Bolsonaro.